



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0019128-40.2012.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Usucapião - Usucapião Ordinária**
 Requerente: **Maria Silvestre**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

VISTOS

ESPÓLIO DE MARIA SILVESTRE, que substituiu a autora MARIA SILVESTRE, falecida no curso da lide, ajuizou **AÇÃO DE USUCAPIÃO ORDINÁRIO**, alegando em síntese que adquiriu por meio de instrumento particular de compra e venda firmado em 04/02/1990 a propriedade objeto da ação, descrita às fls. 12/15. A posse já tem aproximadamente 25 anos e sempre foi mansa e perdurando pacífica até a presente data.

A inicial está instruída por documentos.

A Municipalidade requereu a intimação do INCRA (fls. 61). Já a União, que também representa o INCRA, e o Estado não se opuseram ao pleito (fls. 45 e 58).

As citações dos confrontantes e alienantes foram devidamente efetivadas (cf. certidão de fls. 114v).

Aos postulados citados por edital foi nomeado curador especial, que contestou por negativa geral a fl. 117v.

0019128-40.2012.8.26.0566 - lauda 1

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Na audiência de instrução e julgamento, foram ouvidas as testemunhas (depoimentos gravados em mídia – CD - fls. 129/134).

A fls. 147/151 o MP se mostrou favorável ao pleito.

A 153/154 foi comunicado o falecimento da autora, passando a ocupar o polo ativo o Espólio de Maria Silvestre.

É O RELATÓRIO.**D E C I D O .**

O pedido formulado na petição inicial merece ser deferido. Os requisitos para a aquisição por usucapião ordinária encontram-se devidamente demonstrados nos autos.

O bem possuído pode ser objeto de usucapião, pois não é de domínio público nem constitui terra devoluta.

A posse da falecida persistiu até seu falecimento, ocorrido em 06/07/2016 (fls. 155) e totaliza mais de 25 anos.

O documento de fls. 16/17 indica a existência de ato de compra e venda firmado por Maria Silvestre com Francisco Manfre e Cleide M. Manfre.

Por fim o exercício possessório, de acordo com o que consta dos autos, e também foi confirmado pelas testemunhas, sempre foi manso,



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

contínuo e ininterrupto.

Posto isso e pelo o que mais dos autos consta, **ACOLHO** a súplica inicial para declarar, nos termos do art 1.242 do CC e demais dispositivos pertinentes do CPC, o domínio do autor, **ESPÓLIO DE MARIA SILVESTRE**, sobre o imóvel descrito a fls. 12/15.

Esta sentença servirá de título hábil ao registro.

Não incide imposto de transmissão "inter vivos" (TJSP AC 102.224-1 – Rel. Des. Flávio Pinheiro).

Com o trânsito em julgado, expeça-se o necessário mandado.

P. R. I.

São Carlos, 27 de janeiro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**